

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE ALUNOS SURDOS
REFLECTIONS ON INCLUSIVE EDUCATION FOR DEAF STUDENTS

*José Veiga Viñal Junior**
*Aline Kercia Sampaio Oliveira Bento***

Resumo

Nesta pesquisa bibliográfica sobre a educação inclusiva para surdos, busca-se afirmar a importância do ensino da Libras, Língua Brasileira de Sinais, para o desenvolvimento de competências e habilidades intelectuais dos alunos surdos. A Libras e uma educação inclusiva bilíngue colaboram para a construção da identidade cultural do surdo e para sua integração na sociedade. Este artigo pretende contribuir com reflexões e discussões sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos na perspectiva da educação bilíngue e efetivamente inclusiva. Nesse sentido, são feitas reflexões sobre segregação e exclusão, abordando os desafios encontrados por professores e alunos surdos.

Palavras-chave: Surdez. Inclusão. Libras. Educação.

Introdução

O sistema educacional brasileiro, ao longo dos anos, passou por inúmeras mudanças que contribuíram, de forma significativa, para que pessoas surdas conquistassem espaços na sociedade. Contudo, muitos surdos ainda são discriminados e marginalizados por suas diferenças. Pretende-se, neste artigo, trazer algumas questões relacionadas à educação inclusiva e ao ensino e à aprendizagem de alunos surdos.

A escola poderia desenvolver práticas que contribuíssem com uma real inclusão, em vez de afirmar uma inclusão que, na maioria das vezes, não acontece. São muitos os entraves para que se possa experimentar uma educação inclusiva, realmente funcional. Os desafios se impõem, tanto para o professor quanto para aluno surdo, pois

* Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, Bahia, Brasil. E-mail: joseveigavinal@gmail.com

** Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, Bahia, Brasil. E-mail: alinekerciaso@gmail.com

devido à formação docente deficitária, no que diz respeito à Libras, o aluno surdo tem uma aprendizagem limitada.

Quando não consegue participar das aulas de forma produtiva, o surdo sente-se excluído, em vez de incluído. Isso resulta em desmotivação e falta de interesse para ir para a escola. Pesa o receio de ser alvo das brincadeiras dos colegas e de não compreender os conteúdos, pelo desconhecimento da Libras por parte do professor. Com isso, há uma tendência à evasão escolar e ao afastamento, por parte desses alunos, do convívio social.

A temática da inclusão social compreende a ideia de acolher as diversidades humanas em suas distintas particularidades e necessidades, propondo respeito individual e justiça igualitária para todos. De acordo com Werneck (1999, p. 108), ações de inclusão deveriam ser estruturadas visando “atender às necessidades de cada cidadão, das majorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados”, envolvendo diversos saberes e convivências. Dessa forma, as diferenças seriam valorizadas e respeitadas. Por sua vez, a escola seria espaço privilegiado de formação dos futuros cidadãos, dando aos alunos o devido preparo para lidar com as potencialidades e as limitações dos indivíduos. Atualmente, com o ensino da Libras, a educação do surdo apresenta novas possibilidades. A Libras é fundamental na escola inclusiva que pretende ajustar suas rotinas para que todos alunos possam aprender juntos, de acordo com suas necessidades, utilizando diferentes formas de apoio aos envolvidos no processo.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, foram utilizados como aporte teórico os autores Werneck (1999), Sasaki (1999), Abramowicz (1997), Rosseto (2005), Goldfeld (2002), Angelucci (2010), dentre outros, que trazem importantes contribuições para a compreensão do tema apresentado. Também serão considerados documentos do governo brasileiro (leis, decretos, portarias) que defendem a proposta da educação inclusiva para surdos. Como qualquer outro aluno que compõe o público alvo da educação especial, o aluno surdo tem seus direitos garantidos por leis que asseguram sua permanência na escola e um ensino de qualidade com profissionais especializados.

1. Segregação, interação e inclusão

A Declaração de Salamanca (1994) foi um grande marco na organização política de vários países, inclusive do Brasil, país que defende o princípio da inclusão, para forjar uma escola que preze o respeito pelas diferenças. Além da Declaração de

Salamanca, a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948) e a Convenção de Guatemala (2001), são documentos que norteiam o desenvolvimento de políticas públicas educacionais inclusivas.

Não é fácil a conquista de uma sociedade inclusiva, pois o sentimento de exclusão parece estar sempre presente. Um grande problema a ser considerado para uma verdadeira inclusão, é a segregação, que ocorre quando as pessoas com necessidades especiais são separadas das que não apresentam necessidades especiais, promovendo assim a exclusão daqueles considerados fora do padrão de normalidade, estabelecido pela sociedade.

Sob uma ótica segregacionista, não há grandes preocupações sobre a forma como ocorre a inserção do sujeito surdo, nem com as adaptações necessárias, para que ele se sinta incluso. Essa atitude promove a exclusão do indivíduo, levando-o a se afastar ainda mais do convívio social, ao perceber que não lhes são oferecidas as mesmas oportunidades dadas aos outros alunos.

A Lei nº 13.146/2015 estabeleceu os principais marcos legais para uma proposta que promove uma educação inclusiva, visando reduzir a segregação e os preconceitos. O objetivo é interromper o avanço desse modelo educacional, cujas práticas pedagógicas contribuem para a exclusão, em vez de reduzi-la. Como resultado da luta das associações de surdos, surgiram leis e decretos oficiais, que visavam “inserir as pessoas com deficiência nos sistemas educacionais gerais como a educação, o trabalho, a família e o lazer” (SASSAKI, 1999, p 31). A interação pode acontecer em qualquer espaço com diversas pessoas, mas “interação” não significa “inclusão”, pois uma participação interativa nem sempre será ativa e igualitária, que é o que se espera de uma real inclusão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9.394/1996 aponta a importância da inclusão de alunos que necessitam de educação especial no ensino regular e de uma escola disposta a adaptar-se para receber a diversidade. Alves (2006, p.70) afirma que a educação inclusiva “melhora a qualidade do ensino para todos, atua como impulsionadora das práticas educacionais nas escolas, desafiando os professores a desenvolverem novas metodologias para a participação ativa que beneficia todos os alunos”.

Uma vez que a escola se adapte às novas propostas pedagógicas, poderá enfrentar com mais segurança as dificuldades, tanto dos alunos, quanto dos professores.

De acordo com a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994, p.11), sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola.

A adoção da educação inclusiva rompe com a segregação, pois atua sobre a exclusão social, valorizando a heterogeneidade cultural e individual. Doziart (2004, p.2) afirma que, “a exclusão social só pode ser enfrentada, através de uma educação engajada e atenta, que busque entender, além de ordem individual, os desdobramentos da educação, no âmbito das discussões da educação como um todo, considerando as esferas mais amplas da sociedade”. A inclusão, portanto, deve estar presente em todos os ambientes sociais.

2. O papel da escola e do professor na educação inclusiva

Uma escola torna-se inclusiva quando quebra os paradigmas e estereótipos constituídos por uma sociedade que exclui muito mais do que inclui, mesmo quando respeita a diversidade e busca novos caminhos para desenvolver estratégias de ensino que envolva todos os alunos. A escola, como observa Abramowicz (1997, p. 89):

[...] não pode tudo, mas pode mais. Pode acolher as diferenças. É possível fazer uma pedagogia que não tenha medo de estranheza, do diferente, do outro. A aprendizagem é destoante e heterogênea. Aprendemos coisas diferentes daquelas que nos ensinam, em tempos distintos, (...) mas a aprendizagem ocorre, sempre. Precisamos de uma pedagogia que seja uma nova forma de se relacionar com conhecimento, com os alunos, com seus pais, com a comunidade, com os fracassos (com o fim deles), e que produza outros tipos humanos, menos dóceis e mais disciplinados.

A escola tem a função de preparar os alunos para uma sociedade complexa, que tem sido predominantemente excludente e com grandes dificuldades para lidar com as

diferenças. Um caminho para fortalecer o processo inclusivo é convocar os pais, a família e a comunidade para participarem do processo, pois conhecimentos e experiências são compartilhados no convívio social. Sobre o processo inclusivo, Rosseto (2005, p. 42) afirma que:

A inclusão é um programa a ser instalado no estabelecimento de ensino a longo prazo. Não corresponde a simples transferência de alunos de uma escola especial para uma escola regular, de um professor especializado para um professor de ensino regular. O programa de inclusão vai impulsionar a escola para uma reorganização. A escola necessitará ser diversificada o suficiente para que possa maximizar as oportunidades de aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

Muitas vezes a escola não tem os recursos necessários para garantir um ensino de qualidade e precisa fazer uma série de modificações, para sanar as dificuldades. O grande desafio da escola é desenvolver práticas pedagógicas adequadas a essa nova realidade e combater o preconceito, que Johnson (1997, p. 180) define como “uma atitude cultural positiva ou negativa dirigida a membros de um grupo ou categoria social. Como uma atitude, combina crenças e juízos de valor com predisposições emocionais positivas ou negativas”.

O preconceito, que se baseia em crenças estereotipadas sobre as diferenças, fundamenta e propaga a discriminação e as intolerâncias. O preconceito deve ser um tema trabalhado na escola, nas salas de aula, através de discussões, seminários, debates e projetos que promovam a interação entre alunos, professores e comunidade, para que todos participem do processo educacional. O importante é que a todos, sem exceção, seja garantido o direito às mesmas oportunidades. Sobre o direito de acesso à escola, a Declaração de Salamanca observa que:

[...] as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, dentre outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem-dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos e zonas desfavorecidas ou marginalizadas (BRASIL, 1997, p. 17-18).

A escola, portanto, pode ser um dos meios mais eficazes de combater a discriminação. Ao acolher a diferença, a escola cria meios propagadores de conhecimento e aperfeiçoa a si mesma, o seu corpo docente, seus currículos e a avaliação, pois todos esses componentes são intrínsecos ao processo educacional e fundamentais para se tornar uma escola de fato inclusiva.

A sala de aula, local de ensino e aprendizagem, é também um ambiente de interação entre diversos sujeitos. Em uma proposta de educação inclusiva, é nela que estarão todos os alunos, cada um com suas diferenças e necessidades. Nesse momento, o professor deverá saber lidar com essa heterogeneidade e, por isso, precisará estar preparado para usar uma didática que envolva a todos. O plano de aula deverá ser flexível, pois exigirá adaptações no decorrer de suas práticas.

Para que a escola se torne inclusiva, deve se preparar para receber alunos com algum tipo de deficiência, em um processo de integração, porém, serão esses alunos que terão de se adaptar à escola. Essa é a principal de diferença entre incluir e integrar. De acordo com Miltler (2003, p.16):

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores e aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-los para ensinarem aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão.

Construir uma escola inclusiva não é simples, por isso é necessário que a escola busque novos mecanismos e rompa paradigmas para receber a diversidade. Nesse sentido, há urgência para se pensar em novas formas de viabilizar o ensino, aplicar o conteúdo e realizar as avaliações sem que haja exclusão. Dessa forma, para haver inclusão, faz-se necessário adequação nos currículos e no contexto escolar.

3. Surdez: desafios na educação inclusiva

Ao longo da História, a educação para surdos apresentou diferentes vertentes. Segundo Goldfeld (2002), entre as metodologias de ensino para surdos, algumas consideravam somente a oralidade, enquanto outras se baseavam no ensino por meio de

sinais. Todas essas vertentes tentavam, ao seu modo, promover a inclusão do surdo no ambiente escolar.

Dentre as modalidades de ensino para surdos, seguiram-se o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo, cada uma dessas modalidades com características e abordagens próprias. No oralismo, segundo Goldfeld (2002), a surdez era vista como uma deficiência que deveria ser minimizada por meio de estimulação auditiva. Porém, com o passar do tempo, essa abordagem baseada no ensino da oralidade e da compreensão auditiva foi desconsiderada.

Outra metodologia utilizada foi a comunicação total, que, segundo Paccini (2007) foi um método educacional que utilizava a língua falada oralmente, o uso de sinais, imagens e a língua escrita, buscando apenas em garantir a comunicação, sem grandes avanços na evolução linguística. A abordagem bilíngue, representada pelo uso da Libras, Língua Brasileira de Sinais, passou, finalmente a atender às necessidades de inclusão do surdo como um sujeito bilíngue e bicultural. A Libras foi reconhecida como língua do território brasileiro de acordo com a Lei 10.436 de 24 de abril (BRASIL, 2002, p.70):

Art. 1o É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais-Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

O surdo tem sua cultura, sua identidade e sua língua, a Libras, com estruturas linguísticas diferentes da língua portuguesa. Uma escola que pretende ser inclusiva para surdos precisa estar preparada para recebê-los. Os desafios são muitos, pois mesmo após a legalização, ainda há falta de profissionais formados na área. Diante disso, o aluno surdo tem sua aprendizagem prejudicada. Uma das propostas pedagógicas de inclusão do aluno surdo no espaço escolar, é ofertar um intérprete de Libras para auxiliar na aprendizagem, conforme estabelecido no Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005, p.58):

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos

conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior (BRASIL, 2005, p.58).

Essa lei é um suporte para educação inclusiva, pois o professor ouvinte, geralmente, não tem conhecimento suficiente da Libras e, com o auxílio do intérprete, o aluno terá o apoio e a mediação necessários para acompanhar as aulas. Pessoas capacitadas para o ensino contribuirão para a aprendizagem da Libras de forma satisfatória, incluindo o aluno surdo no processo educacional e compreendendo-o como integrante de uma minoria linguística.

A formação continuada do professor pode estar voltada para algumas temáticas da Libras e poderá ser proposta pela escola com o objetivo de qualificar seu quadro docente para a proposta de uma educação inclusiva. Sobre os profissionais da Educação, Angelucci (2010, p.35) observa que:

[...] precisam de liberdade e condições objetivas para criar/recriar espaços e estratégias de aprendizagem, com a finalidade de proporcionar aos educandos – e a si mesmos – experiências de relações mais horizontais com o outro, esteja ele marcado pela diferença linguística, sensorial, orgânica, etária, cognitiva ou étnica.

Essas condições, se ofertadas pela escola darão ao docente a oportunidade de ter mais dinâmica e liberdade na construção do seu planejamento, observando as didáticas utilizadas e as possibilidades de adequá-las, mediante a necessidade da turma. Por isso, medidas como cursos de aperfeiçoamento para o professor da turma; um profissional de apoio ao aluno surdo, como o tradutor ou o intérprete de línguas; parcerias com instituições, laboratórios ou salas especiais, ofertadas em turnos diferentes e investimentos em tecnologia poderão garantir que a educação inclusiva no espaço escolar possa desenvolver as potencialidades dos alunos. Outra proposta pedagógica está relacionada à oferta de um serviço de apoio por programas em parceria com a escola, garantindo acesso aos recursos pedagógicos necessários à aprendizagem do aluno surdo (LUZ, 2013).

O professor também pode explorar recursos pedagógicos que ofereçam ao aluno surdo a oportunidade de compreender o conteúdo com maior facilidade, como a tevê, o computador, as redes sociais, trabalhando mais com filmes e imagens. Sobre esse tema, Quadros e Schmiadt (2006, p. 99) afirmam que:

São inúmeros os recursos didáticos que podem ser utilizados na educação de surdos. O aspecto que faz a diferença é, sem dúvida, a criatividade do professor. Muitos recursos surgem no dia-dia, quando o professor se vê diante de uma situação em que se faz necessário algum apoio material para que consiga alcançar, de forma eficaz, a compreensão da criança, ou para que a mesma consiga acessar o conhecimento de forma plena.

O uso de novos recursos didáticos como apoio pedagógico é indispensável para desenvolver a compreensão, as habilidades e as competências de cada aluno, de acordo com seu desenvolvimento e suas limitações. Cabe ao professor elaborar as aulas de forma que se tornem participativas, para garantir o aproveitamento do aluno surdo. Isso será mais eficaz se os professores, pedagogos e a escola trabalharem juntos para alcançarem com êxito a educação inclusiva.

Em uma sala de aula com alunos surdos, são necessárias diferentes estratégias e metodologias, pois há vários tipos de deficiência auditiva, de acordo com a publicação do MEC: *Saberes e Prática da Inclusão* (BRASIL, 2006), que classifica a surdez como leve, moderada, severa e profunda. Como a surdez se apresenta de formas diferentes, o professor não deve utilizar as mesmas abordagens de ensino e avaliações com os seus alunos. É importante que ele conheça o grau da perda auditiva de seu aluno, para buscar melhores formas de desenvolver as práticas pedagógicas. Também deve ser considerado o histórico da criança surda, com a verificação dos motivos da surdez e da presença, ou não, de memória auditiva. Por isso a presença de um professor, tradutor ou intérprete de Libras é necessária e fundamental para que se possa identificar esses aspectos (REBOUÇAS; AZEVEDO, 2011).

4. Libras: o ensino da língua de sinais na escola

De acordo com Choi *et al* (2011), a Libras é imprescindível para as pessoas surdas por constituir: símbolo de identidade, meio de interação e depósito de conhecimento cultural. Portanto, a aprendizagem de Libras proporciona ao surdo conhecimentos linguísticos, ao desenvolver sua cultura, ajudando-o a construir a sua identidade pelo sentimento de pertencimento a um grupo, além de poder estar participando das práticas sociais e assim interagir com outros surdos ou em outros contextos em que a língua de sinais seja utilizada.

Segundo Choi *et al* (2011, p.28), os surdos assumem e valorizam sua identidade e cultura quando convivem com a comunidade surda e interagem com ela. Por meio desse contato, aprenderão a desenvolver diálogos, a compartilhar experiências e a lidar com suas diferenças e limitações, adquirindo confiança e autoestima.

A identidade surda, de acordo com Skliar (1998), apresenta múltiplas categorias, classificadas como: flutuante, incompleta, transição, híbrida e surda. Sendo assim, compreende-se que há distintas formas de identidades surdas e que cada uma irá apresentar características próprias e o uso de variações linguísticas, como em qualquer outra comunidade, pois a linguagem é mediada por elementos culturais.

A Declaração de Salamanca reconheceu a importância de uma educação para surdos através da Língua de Sinais, a partir de uma proposta de educação para todos e promoção do desenvolvimento humano. Para Silva e Favorito (2009), a educação para surdos pode ser orientada sobre duas vertentes, a monolíngue e a bilíngue. É no bilinguismo que os surdos adquirem primeiro a língua de sinais como sua língua natural e, depois, aprendem o português na modalidade escrita, respeitando-se as singularidades do aluno surdo. O bilinguismo, para Fernandes (2003, p.55), “é mais que um domínio puro e simples de uma outra língua como mero instrumento de comunicação. E nesse sentido, apenas integrantes dessa comunidade, como surdos podem contribuir de modo efetivo para a educação de crianças surdas”. Para que os alunos surdos tenham acesso à professores capacitados, intérpretes e materiais didáticos apropriados, com as necessárias adequações das metodologias de ensino, o ensino bilíngue é primordial.

Devido à importância que tem a escola para a formação do surdo, a vertente de ensino influenciará a formação desse aluno. Em uma escola que aplica metodologias para ouvintes ao ensino de surdos, não haverá educação inclusiva, uma vez que, segundo Goldfeld (2002, p.38),

A história da educação dos surdos nos mostra que a língua oral não dá conta de todas as necessidades da comunidade surda. No momento que a língua passou a ser difundida, os surdos tiveram mais condições de desenvolvimento intelectual, profissional e social.

Por essa razão, quando o surdo estuda em uma escola de ouvintes, submetido a uma abordagem monolíngue, sem o ensino da Língua de Sinais como língua natural, não se identificará com as práticas voltadas para as percepções e produções dos sons, o que provocará sua exclusão e desmotivação. Por esta razão, torna-se necessário a

mediação pela Libras, para que haja interlocução. Isso acontece com o auxílio de profissionais capacitados, que contribuam para a criação de espaços que desenvolvam a inclusão do surdo em uma escola regular ou em outros espaços sociais (REBOUÇAS; AZEVEDO, 2011).

A alfabetização dos surdos na Língua de Sinais deve ocorrer precocemente, para que possam desenvolver a sua língua natural. Também é importante que tenham contato com as comunidades surdas para que possam fortalecer sua identidade e viver em uma sociedade cujos indivíduos possuem suas especificidades e na qual a comunicação depende muito das relações sociais vivenciadas. Nesse contexto, Skliar (1998, p.148) afirma que:

A comunidade surda é um complexo de relações e interligações sociais, que diferem de outras comunidades onde existe a possibilidade da comunicação oral, pois as pessoas surdas necessitam da língua de sinais e das experiências visuais para realizarem uma comunicação satisfatória com outras pessoas.

Com a linguagem, os seres humanos podem planejar e coordenar as suas ações, pois a linguagem permite a estruturação do pensamento. Por isso, a exposição a um ambiente linguístico proporciona o desenvolvimento do indivíduo. Para o surdo, o contato com colegas, ouvintes e surdos, favorecerá a sua interação, importante para a inclusão social. Segundo Vygotsky (1984, p.10), “o homem aprende mediante interação com seus semelhantes”.

Apesar de o Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), que estabelece a garantia do tradutor e intérprete de Libras na escola, muitas vezes os alunos surdos ficam sem a presença desse profissional, indispensável para garantir que o aluno surdo interaja e acompanhe o conteúdo curricular.

Percebe-se, então, a importância da língua de sinais na educação dos surdos tanto em classes regulares como em escolas totalmente bilíngues, o que contribuirá para o desenvolvimento de competências e habilidades intelectuais dos surdos, a integração social e a construção da identidade cultural. Uma vez que, segundo Carvalho (2004), a escola, além de lugar de aprendizagem e de troca de conhecimentos, deverá atuar para que não haja discriminação e exclusão. Isso só acontecerá com gestão democrática, currículos atualizados, professores capacitados e especializados para desenvolverem metodologias, técnicas e estratégias de ensino que contemplem a aprendizagem do

surdo, norteadada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 9394/96), que estabelece a necessidade de uma escola igualitária e capacitada para favorecer o desenvolvimento desses alunos. Segundo Almeida (2015, p.36):

O ensino bilíngue não deve ser pensado apenas na questão pedagógica de sala de aula, apenas com a presença de um intérprete, mas diante de um projeto pedagógico que de fato constitui uma escola bilíngue, com a participação de sujeitos surdos, com políticas educacionais que reconheçam a surdez como diferença e que perpassa os muros da escola.

A Libras, certamente, deverá constar nos currículos dos cursos de pedagogia, para que o futuro professor obtenha os conhecimentos imprescindíveis para ajudar os alunos surdos, proporcionando-lhe uma educação inclusiva, bilíngue e letrada.

Considerações finais

A educação inclusiva nas escolas regulares ainda apresenta resultados insatisfatórios, devido à falta de recursos pedagógicos, profissionais e de escolas preparadas para promoverem um trabalho satisfatório de inclusão. Por isso, alguns alunos surdos ainda sofrem segregação, em vez de serem incluídos. Dessa forma, muitas vezes o que ocorre é uma falsa inclusão. Esses desafios interpõem distintos entraves que prejudicam a aprendizagem do aluno surdo e sua convivência no ambiente escolar, o que ocasiona uma exclusão e não a inclusão.

Sem uma educação verdadeiramente inclusiva, não são desenvolvidas satisfatoriamente a aprendizagem e as habilidades do aluno surdo, que mantém íntegra sua capacidade de aprender, raciocinar e conviver em sociedade. Por isso, uma educação inclusiva, baseada no ensino de Libras, proporcionará ao aluno surdo o necessário para que ele desenvolva suas múltiplas inteligências e possa inserir-se em sociedade. Uma educação plural lhe trará reais oportunidades no mercado de trabalho e na interação social.

Para que a inclusão social aconteça, políticas públicas deverão ser desenvolvidas e aplicadas, com formação de professores preparados para contribuir realmente para o processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo e sua inclusão, que deverá ser planejada e bem articulada. Essa proposta educativa também poderá reduzir preconceitos, de modo que o surdo seja respeitado e valorizado, o que evitará a exclusão

social. O ensino bilíngue dará a oportunidade ao aluno de conviver e aprender na comunidade ouvinte e na comunidade surda. A educação inclusiva ainda precisa ser efetivada de fato nos espaços escolares, para que o surdo tenha os seus direitos de cidadão respeitados, sem preconceitos e discriminações, por uma sociedade mais igualitária e inclusiva, que ofereça mais oportunidades e que respeite os traços linguísticos e culturais dos sujeitos surdos.

Abstract

This bibliographical research on inclusive education for deaf people aims to highlight the importance of Libras, Brazilian Sign Language, for the development of intellectual skills and competences of deaf students. Brazilian Sign Language and a bilingual education cooperate to the construction of the deaf students' identity and their integration in society. This article also seeks to promote reflections and discussions about the teaching and learning process of deaf students in bilingual inclusive education. In this sense, we discuss segregation and exclusion, addressing the challenges faced by teachers and deaf students.

Keywords: Deafness. Inclusion. Libras. Education.

Referências

ABRAMOWICZ, J. (org.) **Para além do fracasso escolar**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

ALMEIDA, G. W. **Educação de Surdos: formação, estratégia e prática docente**. Ilhéus, Ba: Editus. Sciel, 2015.

ALVES, D. de O. **Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério de educação, Secretaria de educação especial, 2006.

ANGELUCCI, C. B. **Uma inclusão nada especial: apropriações da política de inclusão de pessoas com necessidades especiais na rede pública de educação fundamental do Estado de São Paulo**. Dissertação de Mestrado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Nações Unidas. Brasília: 1994. Disponível

em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 16 Jun, 2018.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº. 9394**, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf . Acesso em: 10 mai 2018.

_____. **Decreto Nº 3.956 de 8 de outubro de 2001**. CONVENÇÃO DE GUATEMALA. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, 2001.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras, e o art. 18 da Lei nº10.098, de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 23 de Seção 1, p.28-30, dez, 2005.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e Prática da Inclusão: Desenvolvendo Competências para o Atendimento às necessidades especiais de alunos surdos**. 2. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

_____. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília, 2015.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os Pingos nos Is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

CHOI, D. et al. **Libras: conhecimento além dos sinais**. 1. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**. 10 dez. 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 26 jun. 2018.

FERNANDES, E. **Linguagem e Surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

GOLDFELD, M. **A criança Surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2.Ed. São Paulo, Plexus, 2002.

JOHNSON, A. **Dicionário de Sociologia: guia prático de linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LUZ, R. D. **Cenas Surdas: os surdos terão lugar no coração do mundo?** São Paulo: Parábola, 2013.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PACCINI, V. L. R. **Caminhos para uma prática inclusiva de leitura e escrita na escola** 2007. 177f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista, Marília, 2007.

QUADROS, R. M.; SCHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos**. Brasília, 2006.

REBOUÇAS, L. S.; AZEVEDO, O. M. A centralidade da língua para os surdos: pelos espaços de convivência e uso da LIBRAS. In: **Anais Seminário Nacional sobre história e identidade cultural dos povos surdos**. Natal, 2011.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão, falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. **Educação especial – olhares interdisciplinares**. Passo Fundo: UPF Editora, p. 41-55, 2005

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 3.ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SILVA, I. R.; FAVORITO, W. F. **Surdos na escola: letramento e bilinguismo**. Cefiel / Iel/ Unicamp, 2009

SKLIAR, C. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WERNECK, C. **Quem cabe no seu “Todos”?** Rio de Janeiro: WVA, 1999.

Submissão em 04 de setembro de 2019.

Aceito em 24 de setembro de 2020.

Publicado em 08 de outubro de 2020.